

DOSSIÊ: REVOLUÇÃO CUBANA ■

Setenta e cinco anos da revolução cubana: desafios, complexidades e perspectivas do socialismo em Cuba

Luiza Brazuna¹
ORCID: 0009-0005-1352-2988

Francisco César Pinto da Fonseca²
ORCID: 0000-0003-2617-8926

Resumo: Partindo de outros estudos sobre o socialismo cubano, tem-se como objetivo entender, primeiramente, a passagem do espírito revolucionário e da revolução popular para o socialismo cubano para, em seguida, analisar o conteúdo socialista da revolução ao longo das décadas sob a luz da economia e dos indicadores sociais. Assim, almeja-se refletir acerca de possíveis mudanças e permanências na ideologia e nos propósitos revolucionários, bem como seus principais resultados. Para tanto, é necessário adentrar brevemente à história da revolução para, em seguida, apontar seus desafios, complexidades e perspectivas. Temas como os princípios do socialismo na ilha, o permanente embargo estadunidense, a propriedade coletiva dos meios de produção e o espaço para as formas de propriedade privada, a infraestrutura produtiva, as transformações revolucionárias na produção econômica, na distribuição da renda e nas políticas sociais, as relações internacionais, entre outras, iluminam esses setenta e cinco anos e procuram ser refletidos neste artigo.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Perspectivas econômicas. Perspectivas teóricas.

¹ Luiza Brazuna é graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: izabrazuna@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3064249823886494>.

² Francisco César Pinto da Fonseca é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/Eaesp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é coordenador da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: franciscofonsecacp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6362222729498688>

Abstract: Starting from other studies on Cuban socialism, the objective is to understand, firstly, the transition from the revolutionary spirit and the popular revolution to Cuban socialism and then to analyze the socialist content of the revolution over the decades considering the economy and indicators social. Thus, it is intended to reflect on possible changes and continuations in revolutionary ideology and purposes, as well as their main results. To do so, it is necessary to briefly delve into the history of the revolution and then point out its challenges, complexities and perspectives. Topics such as the principles of socialism on the island, the permanent US embargo, collective ownership of the means of production and the space for forms of private property, productive infrastructures, revolutionary transformations in economic production, income distribution and social policies, international relations, among others, illuminate these seventy-five years and seek to be reflected in this article.

7

Keywords: Cuban Revolution. Economic prospects. Theory prospects.

Resumen: A partir de otros estudios sobre el socialismo cubano, el objetivo es comprender, en primer lugar, la transición del espíritu revolucionario y la revolución popular al socialismo cubano y luego analizar el contenido socialista de la revolución a lo largo de las décadas a la luz de indicadores económicos y sociales. Así, se pretende reflexionar sobre posibles cambios y continuidades en la ideología y propósitos revolucionarios, así como sus principales resultados. Para ello, es necesario profundizar brevemente en la historia de la revolución para luego señalar sus desafíos, complejidades y perspectivas. Temas como los principios del socialismo en la isla, el embargo permanente de Estados Unidos, la propiedad colectiva de los medios de producción y el espacio para las formas de propiedad privada, la infraestructura productiva, las transformaciones revolucionarias en la producción económica, la distribución del ingreso y las políticas sociales, las relaciones internacionales, entre otros, iluminan estos setenta y cinco años y buscan quedar reflejados en este artículo.

Palabras clave: Revolución Cubana. Perspectivas económicas. Perspectivas teóricas.

Introdução

A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, completou em 1º de janeiro de 2024 setenta e cinco anos. Objeto de estudo de diversas áreas, sobretudo das Ciências Humanas, divide opiniões entre especialistas, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo, ou não, inerentemente socialista do movimento revolucionário.

Neste artigo, partindo de outros estudos sobre o socialismo cubano, tem-se como objetivo entender, primeiramente, a passagem do espírito revolucionário e da revolução popular para o socialismo cubano para, em seguida, analisar o conteúdo socialista da revolução ao longo das décadas sob a luz da economia e dos indicadores sociais. Nesse contexto, almeja-se refletir acerca de possíveis mudanças e permanências na ideologia e nos propósitos revolucionários, bem como seus principais resultados. Para tanto, é necessário adentrar brevemente à história da revolução para, em seguida, apontar seus desafios, complexidades e perspectivas.

Da guerrilha à revolução socialista

É impossível falar sobre a Revolução Cubana sem começar pela experiência da guerra de guerrilhas. Como apontou Florestan Fernandes (1979: 55), “sem a guerrilha não haveria nem conquista do poder nem transição para o socialismo”, de forma que a experiência da guerrilha se constitui como um dos elementos centrais da revolução. Foi por meio desse instrumento que a mentalidade revolucionária foi moldada, tendo educado os revolucionários para a ação política, o que diferenciou a Revolução Cubana de outras revoluções, mas também representou o grande instrumento da transformação da ordem vigente para a revolução social e democrática e, depois, para o socialismo.

Nesse sentido, é relevante destacar um elemento essencial que permitiu o sucesso da guerrilha, com amplo apoio popular: a construção do nacionalismo cubano. Conforme Fernandes (1979: 57):

“Em Cuba [...], (o nacionalismo) cresceu não a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores, frequentemente aliados aos controles externos e à própria repressão antinacionalista, mas da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas na libertação nacional, no combate ao governo colonial e à dominação espanhola ou nas lutas contra o imperialismo e a dominação norte-americana” (p. 57).

Em outras palavras, o desenvolvimento do nacionalismo cubano se dá de baixo para cima, e isso é visível tanto nos períodos que se remetem a José Martí quanto nos de Fidel Castro e Che Guevara.

Considerando esse processo e a consolidação do nacionalismo, pode-se considerar o caso cubano como espécie de “revolução nacional”, que possui uma peculiaridade no transcorrer da construção da Revolução, que Florestan Fernandes destaca em seus estudos, isto é, seu conteúdo de classe. Afirma que o anti-imperialismo provocado pela ditadura de Batista converteu a revolução nacional em “revolução dos povos”, uma vez que, dessa forma, “a ideia de nação corporifica-se nesse contexto histórico-social como uma concreção que deveria atender tanto às classes possuidoras e a seus estratos dominantes como às classes trabalhadoras e aos estratos mais humildes” (FERNANDES, 1979: 59).

A passagem da condição democrática da revolução nacional para a perspectiva revolucionária e socialista deve-se, sobretudo, pela constatação quanto à impossibilidade de conseguir, no interior do capitalismo e da dominação burguesa, a transformação desejada da sociedade cubana. E foi assim que o próprio anti-imperialismo e a revolução democrática se tornaram a espinha dorsal da organização de uma nova sociedade e de um novo ordenamento do Estado (FERNANDES, 1979: 63).

É justamente a pressão maciça e crescente que ocorria de baixo para cima, isto é, a partir das classes trabalhadoras e da população pobre, que “muda a qualidade da situação revolucionária e que faz com que esta própria ultrapasse os quadros do capitalismo e da atuação da classe da burguesia” (FERNANDES, 1979: 70). É nesse cenário que a guerrilha se torna uma das principais responsáveis pelo irrompimento da revolução de caráter socialista. A guerrilha representou o braço armado de um movimento político consolidado – o Movimento 26 de Julho –, tendo representado o elo com todas as classes e com a efervescência de um poder popular e necessariamente revolucionário na ilha. De acordo com Eric Hobsbawn, pode-se afirmar que não somente a guerrilha, mas sobretudo o caráter socialista por ela reivindicado, emergem menos por motivos ideológicos e mais pela imposição da “força da necessidade prática” (HOBSBAWN, 2016: 29).

No mesmo sentido, Richard Gott (2006: 190-191) afirma que:

“A memória da Cuba pré-revolucionária que prevaleceu nos primeiros anos da Revolução era de estagnação econômica ao longo de muitas décadas, de malogro político, corrupção, incompetência burocrática, gangsterismo, violência e colapso social. Assim,

revolução e/ou socialismo eram percebidos como resultados naturais de uma situação insuportável”.

De forma semelhante, Vânia Bambirra destaca dois fatores de importância crucial no processo revolucionário, no contexto da guerrilha, que estão intimamente relacionados: o clima político favorável à oposição ao regime ditatorial de Fulgêncio Batista tanto na zona rural quanto nas cidades; e a existência de vasta organização de tipo partidário, embora não estritamente partidária, que criava condições políticas, infraestruturais e logísticas para a luta insurrecional, sendo liderado pelo Movimento 26 de Julho (Bambirra, 2024: 75). A autora também afirma, corroborando com Fernandes e Hobsbawn, que:

“A Revolução Cubana demonstrou que a promoção do desenvolvimento econômico e social orientado no sentido de satisfazer as aspirações e necessidades do povo não pode ocorrer no marco do capitalismo dependente e deve necessariamente romper com a estrutura desse sistema e avançar para o socialismo”
(2024: 147).

Pode-se afirmar, portanto, que o socialismo foi a consequência natural para os caminhos revolucionários e populares em que “a referência marxista foi incorporada depois que o povo descobriu que seus clamores haviam chegado ao poder” (Alonso, 2011: 7). É a partir dessa perspectiva que se pode afirmar que o espírito da guerrilha se funde não só com o conteúdo político-revolucionário do Movimento 26 de Julho, mas com o próprio espírito socialista da Revolução Cubana como um todo.

Ainda de acordo com Florestan Fernandes (1979), a guerrilha desempenhou cinco funções distintas: a) abriu, por meio da via militar, espaço histórico para a atuação organizada das forças revolucionárias; b) retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada, de baixa ou nenhuma eficácia política; c) lançou nessa guerra a massa da população, tanto no campo como na cidade, tendo tornado os revolucionários verdadeiramente ativos contra a ordem por meio da guerra armada; d) elevou, dessa forma, o teor revolucionário da guerra civil; e) operou, do começo ao fim, como bússola política da revolução.

É em torno da guerrilha que iria “gravitar o esforço de organização e treinamento das forças militares no exterior e a partir dela vai surgir o exército rebelde, o território livre e um proto-estado revolucionário” (FERNANDES, 1979: 80). Em outras palavras, pode-se afirmar que é por intermédio da guerrilha

que o caráter popular democrático e sobretudo socialista iria se materializar e definir os rumos da ilha até os dias de hoje.

Adentrando ao caráter político da guerrilha, é fato que todo guerrilheiro foi se tornando um homem político e, nesse sentido, Fernandes (1979:82) afirma: “Foi graças a essa circunstância que a guerrilha operou como um equivalente psicossocial e político do partido revolucionário. O enlace antecipado com o poder popular e a concretização antecipada do que deveria ser Cuba depois da derrocada da ordem existente constituíram um salto histórico revolucionário”.

Convertendo-se na vanguarda do Estado revolucionário e socialista em elaboração, mesmo após o fim da guerra de guerrilhas, os guerrilheiros continuariam a ser “a mola mestra dentro da Revolução Cubana”, agora enquanto atores do Estado, empenhados na consolidação do poder popular e da Cuba socialista (FERNANDES, 1979: 95).

Imergindo na esfera econômica dos primeiros anos da Revolução Cubana, pode-se dizer que, apesar de toda a noção de que a transformação social e revolucionária não poderia ocorrer sob a égide do capitalismo, os primeiros documentos referentes aos dois primeiros anos de tomada de poder não deixam dúvidas: a primeira etapa de consolidação do socialismo cubano e do Estado revolucionário em Cuba implicaria “promover o desenvolvimento do capitalismo nacional, com base no protecionismo e no estímulo direto à economia cubana para promover o processo de ‘substituição de importações’” (Bambirra, 2024: 153). Isso demonstra o caráter democrático-burguês do primeiro estágio da revolução, que foi a alavanca para a construção do socialismo, sobretudo em termos socioeconômicos.

Como aponta Vânia Bambirra (2024: 157):

“A tática revolucionária não é definida meramente em função do que é mais ou menos oportuno em um determinado momento. Ela deve, necessariamente, ter uma correspondência profunda com a situação histórica concreta, segundo a qual são dados os limites e as possibilidades que vão configurar o caráter de uma revolução. Isso não é definido arbitrariamente, mas é estabelecido a partir das possibilidades econômicas, políticas e sociais e da correlação de forças entre classes sociais no processo revolucionário”.

Nesse contexto, Richard Gott (2006: 196) afirma que o novo regime agiu rápido nos primeiros seis meses para usar a velha máquina do governo para

beneficiar os setores mais pobres da população. Nesse cenário foram criados novos ministérios, como o Ministério do Bem-Estar Social e o Ministério da Habitação; houve a redução dos aluguéis e o controle dos preços da telefonia e do fornecimento de energia; e foi anunciada a tão esperada Reforma Agrária; entre inúmeras outras medidas de impacto econômico e social.

Além disso, pode-se afirmar que uma das grandes marcas, se não a maior, dos primeiros anos da Revolução Cubana foi a erradicação do analfabetismo, já em 1962. Pode-se dizer que trata-se da marca que a revolução carrega até os dias de hoje, uma vez que, segundo dados da CEPAL, a taxa de analfabetização da ilha segue sendo das mais baixas da América Latina.

A resistência do socialismo cubano

É fundamental dedicar esta seção para a questão da resistência do socialismo cubano, pois é impossível falar sobre Cuba e a própria Revolução Cubana sem ao menos mencionar uma de suas mais importantes ameaças: o embargo econômico estadunidense sobre a ilha como estratégia imperialista de minar a autonomia nacional cubana, assim como lançar permanente “espada de Dâmocles” sobre o regime. Sem adentrar nos imensos danos sofridos por Cuba devido ao embargo, uma vez que inúmeros trabalhos já deram conta dessa tarefa, foca-se aqui no fato de que o embargo, juntamente com os episódios da Invasão da Baía dos Porcos em 1961 e da Crise dos Mísseis em 1962, são elementos essenciais para um movimento político-econômico cubano decisivo para sua economia a longo prazo: a aproximação da ilha ao então bloco soviético. Cabe aqui entender o desenrolar da relação Cuba-EUA e Cuba-URSS ao passar das décadas, sobretudo no que diz respeito ao “Período Especial”.

O “Período Especial” refere-se à crise multidimensional que assolou a ilha de Cuba com o ocaso da União Soviética em 1991. Em verdade, a crise já teria começado – de acordo com certa linha de interpretação – em 1990, quando o suprimento de petróleo que a URSS era obrigada por contrato a fornecer a Cuba não teria se efetivado, impactando seriamente a economia cubana. O país possuía forte dependência em relação à União Soviética no que diz respeito às importações de víveres, uma vez que os russos supriam cerca de 63% no período anterior à crise. Da mesma forma foram atingidas as maquinarias, em que os russos eram

responsáveis por cerca de 80% das máquinas importadas; em relação ao açúcar, em que compravam 63% da produção; com os cítricos, em que compravam 95%; e com o níquel, responsável por 73% das exportações (Gott, 2006: 322).

No que diz respeito ao grande saldo político, social e econômico do período anterior à crise, sobretudo nas áreas de Educação e Saúde, Richard Gott (2006: 325) afirma que:

“As realizações históricas da Revolução socialista seriam preservadas, mas o programa de austeridade inevitavelmente exerceria pressão sobre a grande massa da população. Alimentos e roupas passariam a ser racionados, indústrias dependentes de importações foram fechadas e milhares de trabalhadores urbanos foram mandados para o campo, para se engajar na tarefa de uso intensivo da mão-de-obra, a fim de produzir comida”.

É nesse contexto que Cuba, então, abre as portas para o turismo como atividade econômica, buscando satisfazer a demanda crescente de cidadãos europeus e canadenses quanto às praias ensolaradas. Assim, no curto prazo o turismo desbancou a produção de açúcar como principal atividade econômica cubana.

A partir do ocaso da União Soviética e o início de uma crise sem precedentes, novas indagações se colocaram, tais como: o modelo soviético poderia permanecer no mercado de um só país, sem o apoio do restante do bloco? Era possível manter o sistema de partido único e de economia completamente estatal no contexto de hegemonia neoliberal em governos da América Latina e do Leste Europeu? (Brito, 2014: 114).

Nesse contexto, Cuba se viu obrigada a tomar decisões difíceis, que representavam duros golpes no orgulho revolucionário, caso da alteração da legislação em relação ao dólar (Gott, 2006: 327). Com o crescente mercado paralelo de dólares, as autoridades cubanas renderam-se ao retorno da moeda estadunidense, permitindo que a moeda passasse a conviver oficialmente com o peso cubano.

Nesse sentido, quanto à crise teórico-ideológica do socialismo cubano, Brito (2014: 114) aponta que:

“A liderança cubana [Fidel Castro] estava disposta a preservar a orientação socialista mediante um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia, ao adotar uma estratégia de concessões, a contragosto, às relações capitalistas, especialmente as medidas tomadas entre 1993 e 1995. Entretanto, foi acordado que não haveria reversão das conquistas do socialismo, especialmente os sistemas de saúde e educação gratuitos e universais”.

Foi nesse contexto de fragilidade da economia cubana que ocorreram giros político-econômicos importantes na ilha, como a aproximação de Cuba com o Canadá, o Vietnã e, especialmente, com a China. As relações de Cuba com a China se desenvolveram de modo expressivo, de tal forma que missões cubanas oficiais foram enviadas a Pequim para estudar o modelo socioeconômico chinês. Além disso, os chineses ofereceram tecidos gratuitamente para a confecção de uniformes escolares e mais de um milhão de bicicletas, bem como os meios necessários para a construção de cinco montadoras (Gott, 2006: 333).

Em meio a esse cenário, cláusulas específicas da legislação estadunidense sobre o embargo bloqueavam todo e qualquer financiamento de fontes controladas pelos EUA, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, Cuba foi levada a se fiar nesses financiamentos comerciais de curto prazo e em investimentos estrangeiros diretos, como de seus parceiros chineses e canadenses, contando com uma ajuda minúscula comparada à que poderia ter (Gott, 2006: 333).

Nesse momento crítico para a economia e a política cubana, pairava a dúvida se seria o ocaso do socialismo cubano, uma vez que medidas de ajustes neoliberais foram impostas não somente na ilha, mas ao redor do mundo. Entretanto, teria sido justamente nesse momento que “o país se propôs a defender o modelo socialista e a realizar as alterações necessárias para se adaptar às condições que prevaleciam então” (García, 2011: 29).

Richard Gott aponta que a grande diferença entre o socialismo (do leste) europeu e o socialismo cubano foi que na experiência da Europa oriental houve a poderosa intervenção soviética. Assim, quando os regimes socialistas implodiram, não teria havido movimentação popular para proteger a velha ordem. No caso da ilha: “Os cubanos tinham mais a defender – a sua história, o seu sentido de identidade, o seu *amour propre*. A maioria dos cubanos apoiava seu governo porque, embora tivesse consciência de suas falhas, também podiam identificar os seus sucessos” (Gott, 2006: 334).

Desta forma, pode-se afirmar que a relativa mudança do paradigma econômico se caracterizaria por “abrir um considerável espaço aos mecanismos de mercado sem renunciar à essência do socialismo, visando à recuperação da produção e dos serviços” (García, 2011:30). No entanto, alguns autores, como Santoro (2010:133), afirmam que “a política externa cubana passou da postura

ofensiva para defensiva, na qual os recursos se destinam a recolher apoio internacional para o regime em seus conflitos com os Estados Unidos e não para a uma promoção do socialismo no mundo”. A relação entre Estados Unidos e Cuba foi tensionada ainda mais pela promulgação das leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996), que ampliavam ainda mais o embargo, numa tentativa de estrangulamento econômico. Para Cuba, no momento do “Período Especial” tornou-se estratégico resistir, garantindo o modelo socialista internamente, do que promovê-lo ideologicamente, protegendo o bem-estar social do povo cubano.

Quanto à relação entre Cuba e outros países latino-americanos, pode-se destacar que, mesmo com a perda do tradicional aliado mexicano, países como a Venezuela, especialmente, graças a mudanças no cenário político da América Latina a partir dos anos 1990, encaravam a Revolução Cubana como referência ideológica fundamental, priorizando a solidariedade à ilha e o apoio ao governo cubano (Santoro, 2010:134). Os dois países assinaram acordos importantes de petróleo em troca de benefícios nas áreas de Medicina e Segurança, o que foi determinante para assegurar o acesso aos combustíveis na ilha.

Apesar de todos os esforços cubanos para contornar a crise, que não foram poucos, os efeitos negativos foram perceptíveis. Enquanto entre 1959 e 1989 o Produto Interno Bruto (PIB) havia crescido a uma taxa anual de 4,4%, acompanhado pela evolução positiva da produção e dos serviços, bem como da melhora significativa de indicadores sociais, a situação a partir de 1990 foi completamente diferente. De acordo com García (2011: 33):

“O efeito negativo foi mais visível na deterioração do nível de vida dos grupos sociais de maior risco. Também se perceberam um notável declínio no número de matrículas para o ensino superior, uma deterioração nos serviços de saúde pública, um crescimento do desemprego e uma distribuição de renda regressiva”(apud Álvarez & Mattar, 2004).

Além disso, “a crise agrícola gerou problemas de segurança alimentar, e o governo cubano (...) [precisou recorrer] constantemente ao mercado internacional para se abastecer de comida” (Santoro, 2010: 132). Ironicamente, o maior exportador de alimentos para Cuba, apesar do embargo, durante o Período Especial, foi justamente os Estados Unidos (Ibidem). Nesse contexto, a reaproximação estadunidense, mesmo que mínima, pode ser explicada pela tentativa de influenciar as reformas cubanas em curso. Enquanto, por um lado, os

EUA promoviam maior estrangulamento econômico, tentavam, por outro lado, criar dependência da ilha ao seu mercado, numa tentativa clara de subordinação, algo inadmissível para a história revolucionária cubana.

Passado o período mais difícil, já no século XXI ocorreu, sobretudo a partir de 2010, o processo denominado “atualização do modelo econômico social”. A partir desse processo não se renuncia ao conteúdo socialista, que se expressa sobretudo no predomínio da propriedade coletiva dos meios de produção, do planejamento estatal sobre o mercado e da justa distribuição de renda, mas, como explica Brito (2014: 110-111):

“Realiza-se mudanças como o reconhecimento do mercado enquanto mecanismo a ser levado em conta economicamente, buscando, a partir daí, criar um setor produtivo não estatal mais amplo, sobretudo através de cooperativas, do investimento estrangeiro e de pequenas empresas privadas comandadas por trabalhadores individuais. Assim, diferentes formas de propriedade e gestão passam a existir, uma vez que se entende que o Estado, na atualização do modelo socioeconômico cubano, não precisava necessariamente controlar serviços básicos como cafés e lanchonetes, mas, sim, focar em ramos e atividades econômicas estratégicas de interesse nacional”.

17

É fato que a principal fonte de dificuldades socioeconômicas da ilha segue sendo, até os dias de hoje, o embargo estadunidense. No entanto, agora se admite que “o sistema econômico possui deformações intrínsecas que estariam obstaculizando o desenvolvimento do país” (Brito, 2014: 112). Dessa forma, a atualização da economia cubana tornou-se necessidade imperiosa, “(...) não só em vista de dar respostas à prolongada crise econômica que vem afetando o país, mas sobretudo para assegurar a continuidade futura do poder revolucionário, que está passando por uma transição geracional” (Ibidem).

Ou seja, há duas interpretações possíveis: espécie de revisionismo, no sentido de “atualização do socialismo”, como apontado por Brito, ou ajustes estratégicos tendo em vista a mudança do cenário internacional. Tendo como contraponto a restauração do capitalismo vivida pelos países do Leste Europeu, casos da Perestroika e Glasnost, entre outros exemplos, ressalte-se que a experiência cubana pouco se assemelha com esses países. A intenção da ilha, portanto, foi transitar para um tipo de socialismo que consiga responder aos desafios contemporâneos e, certamente, o maior deles é enfrentar o subdesenvolvimento econômico, especialmente aumentar a capacidade produtiva de sua economia, em termos quantitativos e qualitativos.

Setenta e cinco anos depois: reflexões

A partir da discussão realizada, pode-se dizer que a opinião de pesquisadores sobre a permanência do conteúdo socialista da revolução mediante episódios e circunstâncias tão distintos, no decorrer de $\frac{3}{4}$ de século, é dividida. Alguns, como Brito, afirmam que a abertura inicial no Período Especial gerou crise quanto à concepção socialista; outros apontam que o governo manteve o projeto socialista no sentido da manutenção da perspectiva socialista – a propriedade coletiva dos meios de produção – mesmo em períodos de transição, que foram vários, distintos e complexos.

O caráter socialista ou não da Revolução Cubana continua, portanto, sendo alvo de debates e pesquisas. É fato que o modelo socialista soviético, de certa forma seguido por Cuba, entrou em crise, demonstrando sua inviabilidade, embora haja aspectos dos cenários internacionais ao longo do tempo que contribuíram fortemente para tanto³. Em outras palavras, o que estava em jogo era a passagem de um modelo socialista de sociedade que fracassou – no caso soviético, embora suas causas sejam complexas – para um outro que fosse viável, no sentido da conjugação entre justiça social e desenvolvimento econômico nos marcos da hegemonia capitalista global e do “socialismo ilhado” de Cuba.

Deve-se ressaltar que Cuba mantém alguns dos pilares da Revolução: a universalização da saúde e da educação, que tem implicado historicamente a erradicação (ou quase) do analfabetismo. De acordo com a CEPAL, os indicadores de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, de ambos os sexos, nunca estiveram abaixo de 95%, chegando, em alguns momentos, ao 99,9%. Esse dado é refletido pela magnitude do investimento da ilha em Educação, que chegou em 2022 a representar 17% dos gastos totais do país, cerca de 4 vezes mais da média do que foi gasto com Educação na América Latina como um todo.

Da mesma forma ocorre com os gastos – na verdade, investimentos – em Saúde, que em Cuba são sempre mais altos quando comparados a outros países latino-americanos. O resultado dos investimentos sociais se expressam em indicadores, ainda de acordo com a CEPAL, uma vez que Cuba é o segundo país a ter mais

³ Os históricos debates russos sobre a inviabilidade do “socialismo num só país” reverberam até os dias de hoje, incidindo sobre o modelo cubano. Embora no caso soviético o socialismo foi de todo um bloco de países, a bipolaridade mundial.

leitos hospitalares por 10.000 habitantes; um dos países com maior proporção de mulheres em idade de procriação (taxa de fertilidade) a ter suas necessidades de planificação familiar atendidas com métodos contraceptivos; as menores incidências em doenças típicas de países com baixa renda, como malária, por exemplo; cobertura de praticamente 100% da população em vacinação, caso sarampo [?]; entre outros indicadores sociais e sanitários muito superiores aos do restante da América Latina. Aliás, Cuba se tornou referência tanto no tratamento de determinadas doenças como na produção de vacinas. Boa parte de seu PIB advém do chamado “turismo médico”, do envio de profissionais de saúde a outros países, como ocorreu com o “Mais Médicos no Brasil”, e da exportação de alguns tipos de vacina, colocando Cuba no patamar de país desenvolvido em termos de saúde.

Como apontou Richard Gott em 2006 – embora possa ser transposto aos dias de hoje –, a Revolução Cubana:

“Engendrou no povo cubano um sentido intangível, mas real, de orgulho pela sua nação. Visitantes estrangeiros podem olhar com tristeza para a aparência abandonada e negligenciada das grandes extensões de Havana, mas poucos deixarão de perceber a alegria e o otimismo de sua população saudável e adequadamente vestida. Foi uma revolução que não acabou em lutas fratricidas, mas produziu sem cessar novas gerações de cidadãos bem-educados, motivados pela afeição ao governo e ao governante, e que possuem um sentido agudo de patriotismo, orgulhosos da longa história do seu país e das realizações do seu povo” (Gott, 2006: 357).

Tem-se clareza tanto dos feitos da revolução como de suas limitações, tornando a experiência cubana ímpar na América Latina e espécie de “caso” politológico em perspectiva mundial. Afinal, as condições que permitiram a Cuba inaugurar um tipo de socialismo somente vivenciado por esse país até os dias de hoje são únicas em distintos aspectos.

Os desafios são inúmeros e complexos nesses 75 anos. Há êxitos inegáveis nas áreas sociais, na dimensão organizacional e na tecnologia da saúde, bem como gargalos em setores cruciais, como energia, exportação, entre inúmeros outros. Trata-se de experiência a ser compreendida e analisada de forma perene. Nas palavras do grande líder cubano, Fidel Castro, seu povo “fez uma revolução maior que ele mesmo”, isto é, que deitou raízes que se mantêm a sete décadas e meia, mesmo com a brutal pressão e agressão, muitas vezes em contrariedade ao direito internacional de autodeterminação dos povos, pelos EUA.

Nesse sentido, enquanto perspectivas colocadas, Cuba tem se aproximado economicamente da China, o que implica novo alento a um país permanentemente sitiado pelos EUA. A atuação chinesa na América Latina, por meios distintos, entre os quais a “nova rota da seda”, poderá implicar novo salto no desenvolvimento da ilha que, para manter sua perspectiva socialista, necessita de outro império.

Considerações finais

Refletir sobre a trajetória da Revolução Cubana, seus desafios, complexidades e perspectivas, é tarefa árdua, mas necessária. Sete décadas e meia, que se aproximam de um século, iniciadas justamente no “curto século XX” como “era dos extremos”, à luz de Hobsbawm, implica analisar o processo cubano como simultaneamente nacional – a vitória sobre o imperialismo estadunidense, a construção da soberania e sobretudo do socialismo – e internacional: a guerra fria, o ocaso da União Soviética e do “socialismo real”, as parcerias e oposições dos vizinhos latino-americanos, a permanente presença desestabilizadora dos EUA, a ascensão da China e tantos outros movimentos que, como num jogo de xadrez, impactaram e impactam diretamente o socialismo na ilha.

20

Temas como os princípios do socialismo na ilha, o permanente embargo estadunidense, a propriedade coletiva dos meios de produção e o espaço para as formas de propriedade privada, a infraestrutura produtiva, as transformações revolucionárias na produção econômica, na distribuição da renda e nas políticas sociais, as relações internacionais, entre outros, iluminam esses setenta e cinco anos e procuram ser refletidos neste artigo.

Talvez a única conclusão possível se refira ao experimento único que Cuba representou e representa no cenário internacional: uma pequena ilha que combateu o império estadunidense e que, por meio de inúmeros ajustes no *modus operandi* de seu socialismo, jamais renunciou às “cláusulas pétreas” representadas pela soberania nacional ancorada na defesa do território, de seu modelo político, dos direitos sociais e da luta permanente pelo desenvolvimento soberano do país.

O tema da “democracia” – liberal, “burguesa” –, sempre trazido à tona pelos críticos do regime cubano, foi respondida com argumentos importantes de serem inventariados: a experiência da democracia local em meio a todas as formas de ataque à soberania nacional, assim como o papel dos direitos sociais

como elementos fundantes ao conceito de democracia. A teoria política sobre a democracia não analisou seriamente a experiência cubana, uma vez que a avaliou com lentes da “democracia liberal”, o que implica o necessário debate sobre direitos humanos e sobre o papel dos conflitos, tanto na ilha como em inúmeros países capitalistas.

Trata-se de agenda de pesquisa, a partir da celebração dos setenta e cinco anos da revolução!

Referências

ALONSO, Aurelio. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 72, pp. 7-18, 2011.

BAMBIRRA, Vânia. *A Revolução Cubana: uma reinterpretação*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

BRITO, Julian Araujo. Cuba em transformação: regime político e o contexto da “atualização do modelo econômico e social”. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, v. 13, n. 24, pp. 109-124, 2014.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. Disponível em: > https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=2484&area_id=712&lang=es. Acesso em: 23 set. 2024.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GARCÍA, José Luis Rodríguez. *A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010)*. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 72, pp. 29-44, 2011.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Viva la Revolución: a era das utopias na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SANTORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 53, n. 1, pp. 130-140, 2010.